

Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região

v. 27 n. 7/8 julho/agosto 2015



ISSN 0103-703-X

R. TRF1	Brasília	v. 27	n. 7/8	p. 1/214	julho/agosto 2015
---------	----------	-------	--------	----------	-------------------

Há uma lenda judaica segundo a qual em 1492, ano em que a rainha Isabel, de Castela, e seu amado Fernando, rei de Aragão, determinaram a expulsão dos judeus do seu território, muitos deles, acreditando no futuro retorno, guardaram por séculos as chaves das casas. Por ordem dos reis católicos, como ficou conhecido o casal Isabel e Fernando, os judeus que não quiseram se converter ao cristianismo foram considerados ameaça à unificação da Coroa Espanhola. Tiveram que abandonar a terra natal a pé e sem os bens, pois foram proibidos de levar metais preciosos, armas e cavalos. Dizem que 200 mil judeus preferiram deixar a Espanha a terem que renunciar à sua religião. Iniciou-se, assim, nova diáspora. Alguns foram para Portugal, de onde acabaram por ser expulsos anos depois. A partir dali migraram, fundando as colônias judaicas de Amsterdã e Londres. Houve os que atravessaram o estreito de Gibraltar e foram viver no outro lado do Mediterrâneo, em Marrocos. Outros fugiram para o Oriente — para a Itália, a Grécia, o leste da Europa, o Egito ou a Palestina. Muitos encontraram refúgio no Império Otomano, onde o sultão Bayazid II lhes ofereceu hospitalidade em troca do conhecimento sobre a indústria têxtil. Esses são os *sefardies* — judeus que saíram de Sefarad — nome hebraico dado à Península Ibérica na época medieval.

Pouco antes da decisão sobre a retirada dos judeus, os soberanos de Castela e Aragão haviam se tornado senhores absolutos da Espanha por meio de outra expulsão: a dos muçulmanos em Granada. Reconhece-se hoje o valor de Isabel e Fernando como precursores do que se convencionou chamar de Estado moderno. Alguns autores consideram, inclusive, que o garboso Fernando inspirou Maquiavel a escrever *O príncipe*. Se a política é mesmo um espelho de duas faces, o fato é que essas medidas puseram fim a uma época de ouro na formação da multifacetada sociedade espanhola. Assinalaram a derrocada de mais de mil anos de convivência pacífica entre povos de três culturas aparentemente inconciliáveis: árabes, judeus e cristãos. Basta visitar algumas cidades medievais espanholas para comprovar essa mistura cultural que se vê desde a gastronomia até a inconfundível arte mudéjar na arquitetura.

Só nos países ibéricos se conseguiu o estilo maravilhoso e único de combinar e reinterpretar o gótico e o renascentista com a arte islâmica. Dentro das imponentes muralhas dessas cidades, foi possível construir, assim, uma sociedade pluralista, onde conviveram por séculos mesquitas, sinagogas e igrejas, em harmonia que haveria de ser exemplo para o mundo de hoje. Inspirada nesse passado, a Espanha resolveu reparar a própria história. A Câmara dos Deputados aprovou, em junho deste ano, lei que concede a nacionalidade espanhola aos *sefardies* originários da Espanha. A norma possibilitará a aquisição da cidadania espanhola aos descendentes dos judeus não conversos, expulsos da Espanha no século XV. A lei, que entrará em vigor em outubro, estabelece procedimento especial, chamado de *carta de natureza*.

Por ela se considera que a condição de *sefardie*, por si mesma, é circunstância excepcional que permite a concessão de nacionalidade espanhola, suprimindo a necessidade de residência e renúncia à nacionalidade anterior. Ela se dará pelo cumprimento de dois requisitos básicos: justificar a condição de *sefardie* e sua especial vinculação com a Espanha, que envolverá prova sobre a língua, cultura e costumes espanhóis. Como se vai comprovar essa condição ainda não é tema pacífico entre as autoridades. A polêmica tem a sua razão, pois se estima que, pelo menos, 150 mil pessoas ao redor do mundo requererão a nacionalidade espanhola. Basta dizer que, em menos de um mês, a Federação das Comunidades Judias na Espanha recebeu mais de 6 mil pedidos de verificação de origem *sefardie*. Há ainda uma lista, não reconhecida pelo Governo, com mais de mil sobrenomes considerados de origem *sefardie* correndo pela internet.

De fato, passados mais de 500 anos, a tarefa de verificação do cumprimento dos requisitos legais não será nada fácil. Quem, no entanto, manteve as tradições e cultura do seu povo, principalmente os que cultivaram o judeu-espanhol, ou ladino, como língua familiar, não terá dificuldades em comprovar, caso queira, essa vinculação. As chaves reais ou imaginárias que ficaram guardadas nas gavetas dos judeus *sefardies* poderão ser agora legitimamente utilizadas por aqueles que quiserem voltar para casa.

*Desembargadora Federal.